

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

União anuncia R\$ 1,3 bilhão em créditos para o Estado

Medida antecipa ressarcimento da Receita a empresas e pessoas físicas

/ GOVERNO FEDERAL

João Pedro Flores
joao.santos@jcrs.com.br

O governo federal, por meio do Ministério Extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, vai ressarcir R\$ 1,3 bilhão em crédito a empresas e pessoas físicas do Estado. O anúncio foi feito na tarde de ontem pelo ministro extraordinário da Reconstrução, Paulo Pimenta (PT), e pelo superintendente da Receita Federal no Rio Grande do Sul, Altemir Linhares de Melo, em entrevista coletiva, na sede do Ministério da Reconstrução em Porto Alegre.

“Nós vamos antecipar o ressarcimento de um recurso que poderia demorar três, quatro anos para as empresas terem acesso”, apontou Pimenta. Em outra iniciativa, a Receita já havia anunciado a priorização dos pagamentos de restituições do IRPF. A medida anunciada ontem se soma a R\$ 1,4 bilhão destinado às pessoas físicas que buscaram



Paulo Pimenta divulgou iniciativa na sede do Ministério da Reconstrução

por crédito diante da tragédia climática no RS.

“Os esforços ao fomento da economia têm ocorrido em diversas frentes e essa da Receita Federal é mais uma para alavancar o setor no Estado”, enfatizou o ministro da Reconstrução do RS. A medida prioriza os créditos solicitados via Perdcomp (Pe-

dido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação) para empresas e pessoas físicas dos municípios afetados. O processo iniciará ainda em julho e os valores devem ser pagos até agosto ou, mais tardar, setembro, segundo informações divulgadas na coletiva.

CCJ do Senado adia votação da PEC do marco temporal

/ CONGRESSO NACIONAL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do marco temporal. O parecer sobre o texto foi retirado da pauta de ontem após um pedido de vista coletiva, com prazo até outubro.

A proposta de se retirar o texto da pauta partiu do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Ele sugeriu aos senadores que sejam aguardados os resultados da comissão do concilia-

ção sobre o tema, proposta pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, com representantes da corte, Congresso Nacional, governo e entidades de representação dos indígenas.

Outros parlamentares, no entanto, questionaram a possibilidade de se fechar o acordo. O presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), se comprometeu a colocar a matéria em votação até outubro, mesmo com o pedido de vista coletivo. “Eu vou fazer um compromisso: se não resolverem, vamos votar este ano”, disse.

A PEC prevê que os povos indígenas só poderão reivindicar terras que estavam ocupadas em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

Uma lei que estabelecia o uso do marco temporal como critério para a demarcação de terras indígenas já havia sido aprovada no ano passado, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o texto era inconstitucional. Antes, o projeto havia sido vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas o veto foi derrubado pelo Congresso.

TRE convoca mesários por WhatsApp no RS

/ JUSTIÇA ELEITORAL

Neste ano, a Justiça Eleitoral gaúcha utilizará o aplicativo de mensagens WhatsApp como um novo meio para a convocação de mesários para as eleições municipais. Os comunicados serão enviados pelo número (51) 2312-2015, com o uso de um assistente virtual, com o qual os convocados

poderão interagir e confirmar a sua participação.

Os cartórios eleitorais seguirão convocando mesários por outras vias. Incluindo, portanto, Correios e a entrega da convocação em mãos, realizada por oficiais de justiça. Nesse último caso, o documento recebido pelo eleitor contém o código para acesso do Portal do Mesário, onde é possível

baixar e visualizar o arquivo.

Além disso, é possível receber o comunicado por e-mail para aquelas pessoas que já autorizaram receberem mensagens por esta via previamente.

O cadastramento para novos mesários pode ser realizado presencialmente, na Zona Eleitoral de votação escolhida ou pelo site JE Digital Mesários.



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Aprovação de Lula sobe para 54%

O trabalho que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) realiza é aprovado por 54% dos brasileiros, segundo a pesquisa Quaest, divulgada ontem, subindo quatro pontos percentuais em relação ao último levantamento. Desaprovam 43%. Não sabem ou não responderam somam 4%. Na última pesquisa, em maio, o índice de aprovação era 50%; 47% desaprovavam, e 2% não sabiam ou não responderam.

Avaliação entre evangélicos

Alcançando 54%, a aprovação retorna ao patamar verificado pelo instituto em outubro e dezembro de 2023. O melhor índice que o governo Lula atingiu até agora, segundo a Quaest, foi de 60% de aprovação, em agosto do ano passado. Ao mesmo tempo, a desaprovação recuou quatro pontos. Entre os evangélicos, a avaliação negativa do governo Lula caiu para 39%, e a positiva sobe para 26%.

Público jovem

Foram entrevistadas 2 mil pessoas presencialmente, entre os dias 5 e 8 de julho. O público alvo foi de eleitores com 16 anos ou mais. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de confiança da pesquisa é de 95%.

Combate à fome e à miséria

No entendimento do senador gaúcho Paulo Paim (PT, foto), “são vários os fatores que levaram o presidente Lula a crescer nas pesquisas”. O parlamentar destacou “o fortalecimento dos programas sociais, tanto da área urbana quanto rural, combate à fome e à miséria, redução do desemprego, criação de postos de trabalho com carteira assinada, retorno da política nacional de valorização do salário-mínimo, investimentos na saúde e educação, entre outros”.



SÉRGIO LIMA/DIVULGAÇÃO/JC

Compromisso com os pobres

“O governo do presidente Lula tem compromisso com os que mais precisam, pobres e vulneráveis”, acentuou o senador gaúcho, afirmando que “o processo é longo e árduo, mas estamos com um horizonte promissor. O apoio para reconstruir o Rio Grande do Sul tem sido fundamental. O País voltou a ter credibilidade internacional e estamos recebendo mais investimentos de fora”.

Mulheres e evangélicos

Na opinião do diretor da Quaest Pesquisa e Consultoria, Felipe Nunes, “nos grupos que influenciaram significativamente na melhora da avaliação do trabalho do presidente estão os que têm renda familiar de até 2 salários-mínimos, mas houve melhora na aprovação também entre mulheres e evangélicos”.

Melhora na economia

“Embora seja impossível determinar uma única razão para o crescimento na aprovação do governo, a melhora na percepção da economia entre os mais pobres pode ser parte da explicação”, diz Felipe Nunes.

Principal problema

O que reforça essa tese, avalia, é o fato de que a economia está perdendo protagonismo como principal problema do País. “De um ano para cá, caiu de 31% para 21% quem afirma que a economia é o principal problema, enquanto saltou de 10% para 19%, quem acha que é a segurança.”

Aumento dos combustíveis

Para o deputado federal gaúcho Maurício Marcon (Podemos), “a desvalorização do real é a principal razão para o aumento dos preços dos combustíveis, mesmo com o valor do petróleo se mantendo estável no mercado internacional”.